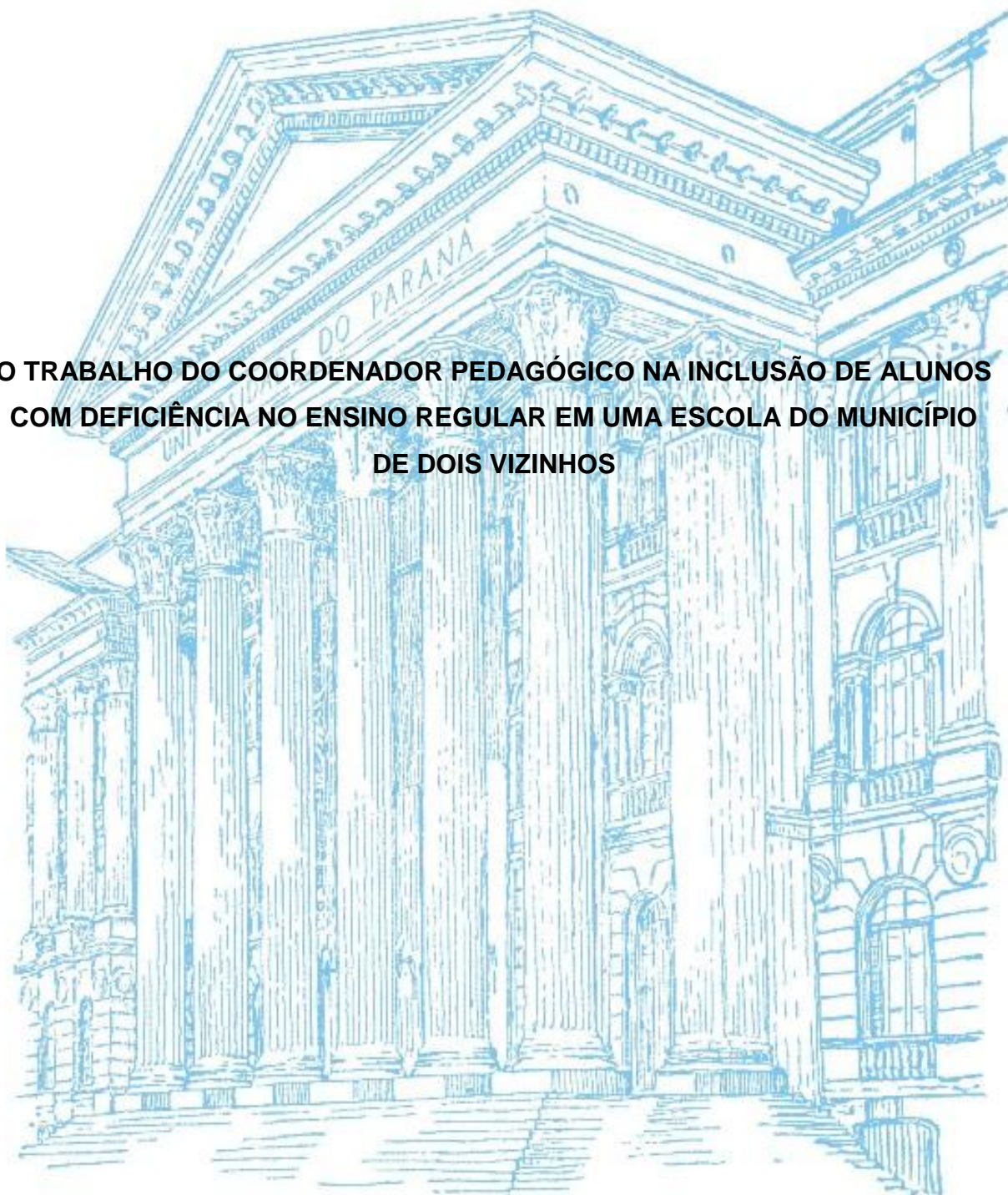


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO**

CLAUDIA FABIANA DIONISIO

**O TRABALHO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA INCLUSÃO DE ALUNOS
COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO
DE DOIS VIZINHOS**



DOIS VIZINHOS

2016

CLAUDIA FABIANA DIONISIO

**O TRABALHO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA INCLUSÃO DE ALUNOS
COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO
DE DOIS VIZINHOS**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Maysa Ferreira da Silva

DOIS VIZINHOS

2016

O TRABALHO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO COMUM EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Claudia Dionisio

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa com o objetivo de explorar o trabalho do coordenador pedagógico na inclusão de alunos com deficiência no ensino comum. Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e levantamento de dados em uma escola pública de ensino fundamental séries finais, o instrumento para coleta de dados foi um questionário realizado com os professores da referida escola. Através da pesquisa foi possível perceber as dificuldades da inclusão no ensino comum, a falta de efetivação da lei, a qual permanece apenas no papel e a realidade nas salas de aula, que se apresenta totalmente diferente do almejado. Falta muito para se chegar ao que realmente requer a inclusão de alunos especiais no ensino comum, como investimentos em formação, prática pedagógica e com a melhoria no oferecimento de serviços de apoio especializados da área. Os professores até possuem o conhecimento do que deve ser feito, o coordenador pedagógico oferece suporte, realizando a mediação, porém o próprio sistema é falho, com salas muito cheias, professores com pouco ou nenhuma preparação sobre o tema e uma escola que não possui recursos suficientes nem para classes regulares, quanto mais para adaptar-se ao que a legislação exige para a inclusão.

Palavras-chave: Coordenador Pedagógico. Educação Especial. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

Os princípios de igualdade, respeito e solidariedade estão sendo discutidos como essenciais para convivência humana. Dentre estes a inclusão de pessoas com deficiências na sociedade está sendo amplamente divulgada, a escola está fazendo parte do processo, enfrentado o grande desafio da inclusão escolar.

A organização escolar de uma forma geral está acostumada a receber um público homogêneo, pensando em uma estrutura e organização pedagógica

tradicional, o aluno necessita ser inteligente, limpo, educado e estar disposto a aprender, dentro desta perspectiva a escola está passando por uma constante transformação, muitas das características de uma escola tradicional permanecem na educação atual, não só quanto à parte física ou de aceitação das diferenças, mas também quanto à prática do professor em sala de aula, ainda há muita resistência como, por exemplo, para uso das tecnologias e metodologias diferenciadas.

A inclusão de alunos com deficiência no ensino comum ou regular depende de muitos aspectos, primeiramente é preciso quebrar paradigmas, ou seja, aceitar as diferenças e principalmente perceber que cada ser humano possui suas características, as individualidades levam a diversidade humana, aos diferentes conhecimentos.

A Educação Inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Precisa realimentar sua estrutura, organização, projeto político pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. Para acolher todos os alunos, a escola precisa, sobretudo, transformar suas intenções e escolhas curriculares, oferecendo um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social. (GLAT, 2007, p.16).

Os profissionais da escola desempenham função fundamental para inclusão dos alunos com deficiência, então qual seria o trabalho ideal do coordenador pedagógico em relação a este processo, e de que maneira o coordenador pedagógico poderia contribuir para aceitação das diferenças, estimulando à inclusão e não somente as práticas de sala de aula.

O ambiente de sala de aula necessita ser agradável tanto para o professor, quanto para aluno, o coordenador pedagógico deve contribuir neste sentido, mediando a aprendizagem, escolarização do aluno e o trabalho pedagógico.

O coordenador, como um dos articuladores desse trabalho coletivo, precisa ser capaz de ler, observar e congregar as necessidades dos que atuam na escola; e introduzir inovações, para que todos se

comprometam com o proposto. À medida que essas novas ideias, além de conter algo novo, forem construídas, discutidas e implementadas pelos professores e coordenadores envolvidos, tornar-se-ão possíveis a adesão e o compromisso do grupo e, dessa forma, se reduzirão as prováveis resistências. (ORSOLON, 2006, p. 22) .

Baseado nestes questionamentos o presente trabalho busca entender o real papel do coordenador pedagógico frente a inclusão no ensino comum por meio de pesquisa bibliográfica e também coleta de dados, com aplicação de questionário.

O questionário foi realizado com professores de uma escola de ensino fundamental séries finais. As perguntas versam sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular.

Diante dos resultados é possível afirmar que a inclusão escolar não é simples, e precisa acontecer de maneira responsável, pois não se pode esquecer que são pessoas envolvidas, vidas que estão sendo direcionadas através do ensino, o trabalho de todos é importante e especialmente do coordenador pedagógico que é um agente orientador do processo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial não surgiu no princípio da humanidade, como é o caso do ensino comum que foi progredindo conforme as necessidades que o indivíduo percebia, muito pelo contrário, ela é fruto de muita luta ao longo dos anos e ainda está buscando seu espaço na sociedade. Nos primórdios as pessoas com deficiência física não possuíam valor algum, sendo vistas como inválidas.

Posteriormente começaram a ser vistas como aberrações, enviados pelo demônio e possuidores do mal, de maneira que era permitido aos pais eliminar os filhos que nascessem com algum tipo de deficiência.

Na Idade Média, não havia obrigações morais ou sociais para com os portadores de deficiência, eram tratados com indiferença, e a morte dos mesmos era encarada com naturalidade. Tratados de forma discriminatória e geralmente os que sobreviviam preambulavam pelos campos e cidades em busca de alimentos e de abrigo, mesmo que temporário. Com o passar do tempo, o assassinato, antes

praticado, foi substituído pela segregação. Os deficientes passaram a ser confinados em casas, porões ou vales e, até mesmo, embarcados em porões de navios. (GAIO; MENEGHETTI, 2004).

Com a propagação do cristianismo a história das pessoas com deficiência começou a mudar.

Apesar de ser encontrado, com a propagação e a consolidação do cristianismo, um outro posicionamento em relação ao ser humano, mais justo e mais atencioso, no qual os valores da caridade, da fraternidade, da compaixão e do amor ao próximo elevaram a vida ao posto de direito adquirido de todo ser humano, normal ou anormal, dando final aos tempos de infanticídios e extermínio de deficientes, não se pode afirmar que houve uma mudança radical e efetiva no conjunto da sociedade. (GRANEMANN, 2005, p.20).

A negligência e os maus tratos sempre predominaram, sendo que o processo de reconhecimento como ser humano, capaz e detentor de direitos foi acontecendo lentamente.

Com o Renascimento a longa e obscura caminhada dos deficientes iniciou uma nova etapa, pois, começaram a aparecer às primeiras reivindicações dos direitos dos homens postos à margem da sociedade, dos passos decisivos da medicina na área da cirurgia ortopédica, do estabelecimento de uma filosofia humanista mais voltada para o homem e, também, da consolidação de uma abordagem mais científica das questões relacionadas com o ser humano. Nesta fase houve também uma evolução no campo da ciência, tendo início vários estudos no mundo todo, em variados graus e nos diferentes ramos do saber. Foi no Renascimento que ocorreu a tentativa de entender o diferente através da pesquisa e, por isso, a ciência foi legitimada como via de explicação desses fenômenos que, até então, eram geralmente entendidos como manifestação do sobrenatural. (SILVA, 1987).

Por volta do século XVIII prestava-se atendimento somente às pessoas com deficiências sensoriais como a surdez e a cegueira, a definição do alunado está ligada às relações de poder que estão nos movimentos sociais.

De acordo com Mendes até o século XVIII, as pessoas com necessidades especiais eram excluídas da sociedade para qualquer tipo de atividade, sendo consideradas inválidas e sem utilidade, características estas atribuídas

indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência. Não havia também nenhum tipo de atenção educacional. (MENDES, 1995).

Somente no século XX é que surgiram algumas escolas especiais, pois foi a partir de então que a sociedade começou a ver que as pessoas com deficiência, podiam estudar e trabalhar normalmente.

A Educação Especial é uma área considerada nova no campo de estudo da pedagogia, somente na década de 1960 é que passou a fazer parte da organização das Secretarias de Estado da Educação. No Paraná o início foi em 1963.

Assim, com os avanços científicos, mais especificamente no final da década de 1960 diversas iniciativas foram propostas visando à inserção das pessoas com deficiência em todos os âmbitos da sociedade. Essas iniciativas tinham como finalidade o reconhecimento da importância de se satisfazer suas necessidades sociais, psicológicas e físicas, proporcionando a abertura de instituições sociais, e, inclusive, da escola, a esses indivíduos. (KAILER; PAPI, 2014, p.3).

Segundo Canziani, a partir dos anos setenta, teve início um movimento por parte de portadores de deficiências, que ficou conhecido como movimento de vida independente. O mesmo defendia a eliminação da dependência e ressaltava o direito das pessoas com necessidades educacionais especiais de construir a sua autonomia, sendo sujeitos e não mais objetos de decisões tomadas sobre elas. (CANZIANI, 1995).

Então, a partir de 1980 a educação especial passou a fazer parte do cenário educativo, tendo início a construção de uma educação inclusiva onde os deficientes passaram a ter espaço na sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, em seu artigo 58 dispõe que a educação especial deve ser oferecida aos educandos com deficiência intelectual, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1996).

A Educação Especial foi organizada para atender um grupo de sujeitos que não corresponde às expectativas da normalidade, impostas pela sociedade e no Brasil, atualmente a proposta educacional é inserir estes alunos nas escolas com ensino regular.

2.2 INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA REDE REGULAR

É dever do Estado democrático, com a implementação de políticas públicas, combater as desigualdades sociais e estimular o reconhecimento político e a valorização das características que fazem parte das minorias da população, esquecidas da sociedade.

É fato inquestionável o fato de que, a todo momento, as diferenças entre os homens fazem-se presentes, mostrando e demonstrando que existem grupos humanos dotados de especificidades naturalmente irreduzíveis. As pessoas são diferentes de fato, em relação à cor da pele e dos olhos, quanto ao gênero e à sua orientação sexual, com referência às origens familiares e regionais, nos hábitos e gostos, no tocante ao estilo. Em resumo, os seres humanos são diferentes, pertencem a grupos variados, convivem e desenvolvem-se em culturas distintas. São então diferentes de direito. É o chamado direito à diferença; o direito de ser, sendo diferente. (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003, p.37).

A educação especial compartilha os mesmos pressupostos teóricos e metodológicos presentes nas diversas disciplinas dos outros níveis e modalidades de ensino. O desafio da inclusão é a participação e aprendizagem com qualidade dos alunos com deficiências, particularmente com deficiência intelectual, para tanto a escola necessita realizar as flexibilizações curriculares, colocadas em prática através da adequação dos objetivos propostos, metodologias diferenciadas, recursos humanos, técnicos e materiais, também é preciso um redirecionamento do tempo e espaço, para que seja possível ter igualdade de condições para o processo de aprendizagem.

Com a Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990, houve o reconhecimento do direito de toda pessoa à educação, direito esse estabelecido há exatamente 50 anos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em 1994, no Brasil, foi elaborada a Política Nacional de Educação Especial, cujo objetivo é fundamentar e orientar o processo de educação das pessoas com deficiências, condutas típicas e altas habilidades. (GRANEMANN, 2005).

Neste mesmo ano a Declaração de Salamanca também reconheceu a necessidade da inclusão de todos, promovendo a aprendizagem e inserindo os indivíduos, independente de suas dificuldades, na escola.

A partir da Declaração de Salamanca, a maioria dos países do mundo começou a implantar políticas de inclusão dos alunos com deficiências e/ou com necessidades educacionais especiais no ensino regular por considerem-na a forma mais democrática para a efetiva ampliação de oportunidades educacionais para essa população. (GRANEMANN, 2005, p.39).

A escola é uma parte da sociedade e o trabalho da mesma que constrói conceitos, portanto é através dela que se pode desmistificar e eliminar a segregação.

Para Kassar é importante ampliar a função da escola e tornar o seu papel ativo na promoção da inserção plena de todos os indivíduos, não somente por obrigação ou em virtude de imposição da lei, mas por reconhecer a inclusão como uma necessidade e um direito que deve ser defendido por todos, inclusive por aqueles que fazem parte do contexto escolar. (KASSAR, 2005).

Somente desta forma a inclusão deixará de ser um discurso e passará a ser uma prática, real e transformadora, pois apesar de ser uma realidade na legislação, na prática ainda tem muito a melhorar.

É de total importância aprimorar e buscar novas estratégias de ações inclusivas, sendo necessário mobilizar práticas que envolvam toda a escola no processo de aprendizagem, como por exemplo, o aprimoramento dos procedimentos avaliativos, do currículo e do projeto político pedagógico. (MANTOAN, 1997).

A proposta de incluir alunos com deficiência na escola regular requer mudanças efetivas e contínuas dentro de uma estrutura muitas vezes pouco flexível. Para se efetivar a inclusão, é necessário inovar metodologias de ensino, reformulando práticas e propondo melhorias e valores que promovam uma educação para todos, que respeite as características dos diferentes alunos. (KAILER, 2014, p.7).

É importante ressaltar também que as mudanças devem ocorrer na estrutura física e de pessoas, ou seja, é necessário recursos para contratar pessoas e também adaptar as estruturas físicas das escolas para o recebimento destes alunos.

Segundo Rodrigues “não basta colocar os alunos na escola regular; é preciso que a escola, através de recursos e da sua organização, possa responder às necessidades educacionais que cada aluno apresenta”. (RODRIGUES, 2008, p. 36).

Neste sentido considera-se também a formação continuada dos professores, pois os mesmos devem discutir as práticas inclusivas e desenvolver métodos que facilitem o trabalho em sala de aula com os alunos inclusos.

A escola regular pode ser o local preferencial para promoção da aprendizagem e inclusão de alunos com deficiência, mas ainda assim há uma parcela de crianças e adolescentes que devido seus graves comprometimentos ou necessidade de uma proposta linguística diferenciada, necessitam que seu atendimento seja realizado em classes ou escolas especiais.

A escola precisa ter uma atenção especial com aluno com deficiência como um todo, considerando a mudança em todos os aspectos, a democratização do ensino não consiste apenas em sua oferta, mas também na garantia de qualidade, para tanto é necessário esforços de todos, desde os profissionais da escola até as organizações das Políticas Públicas de ensino.

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitem. Ao contrário, implica uma reorganização de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades. (GLAT E NOGUEIRA, 2002, p. 26).

Ou seja, profissionais e professores precisam ter em mente que escola inclusa é aquela que recebe e acolhe com responsabilidade os alunos com deficiência, e apesar de necessitarem de um atendimento especial, os mesmos precisam se desenvolver e aprender de forma natural.

Diante disso, considerar a escola como instituição pensada e organizada para atender a todos os alunos requer uma dedicação maior a esses pressupostos, o que faz com que necessite de um profissional que, coordenando o trabalho coletivo da escola, facilite e conduza junto aos professores práticas que respeitem e valorizem a diversidade e a inclusão de todos os alunos, inclusive daqueles que possuem algum tipo de deficiência. (KAILER, 2014).

Este profissional juntamente com os professores fará a diferença na escola, realizando práticas pedagógicas que integram e facilitam a inclusão do aluno no ensino regular de uma maneira responsável, considerando suas necessidades e valorizando suas potencialidades.

2.3 O TRABALHO DO PEDAGOGO NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

A educação de qualidade é uma das maiores buscas dos tempos atuais, principalmente no que diz respeito à educação especial. A educação inclusiva requer profissionais com competência, habilidades e formação adequada e o pedagogo é um deles.

A gestão pedagógica é de todas as dimensões da gestão escolar, a mais importante, pois está mais diretamente envolvida com o foco da escola que é o de promover aprendizagem e formação dos alunos [...]. Constitui-se como a dimensão para a qual todas as demais convergem, uma vez que esta se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e intencional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos, como condição para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para sua inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho, numa relação de benefício recíproco. Também para que se realizem como seres humanos e tenham qualidade de vida. (LUCK, 2009, p.95).

O papel do pedagogo é de grande valia, pois é o mesmo que media o trabalho pedagógico da escola, desenvolvendo práticas pedagógicas que facilitam a acessibilidade dos alunos com deficiência.

Para Romanowski o pedagogo é o profissional que tem papel indispensável no ambiente escolar, pois é o articulador do trabalho educativo desenvolvido pela escola, contribuindo assim nas ações realizadas no contexto escolar, dentro e fora da sala de aula, somando para tornar a escola um ambiente democrático e difusor de uma educação de qualidade. (ROMANOWSKI, 2007).

No entendimento de Viana e Viana:

O coordenador deve ter ser capaz de identificar conflitos antes que estes se efetivem. Certamente, deverá ter a capacidade de reconhecer nos sujeitos, atitudes colaborativas para que estes

possam contribuir para a efetivação dos princípios da inclusão escolar. (VIANA; VIANA, 2015, p.4).

As diferenças apresentadas pelos alunos precisam ser levadas em conta no momento de planejar e agir. Sendo assim, cabe ao pedagogo orientar o professor sobre as práticas inclusivas, pois o processo de inclusão pode obter um resultado totalmente positivo se ocorrer de forma participativa e colaborativa. (MANTOAN, 1997).

O objetivo é a realização de um trabalho que modifique e transforme o ambiente escolar, construindo juntamente com a equipe de trabalho tudo que for necessário para esta transformação, como por exemplo, metodologias de ensino, conteúdos inovadores, estratégias, entre muitos outros.

Para Kailer:

Na busca da melhoria do trabalho pedagógico, é pertinente que o pedagogo considere a inclusão como uma ação consciente da escola, desenvolvida a partir de práticas que vão além da obrigatoriedade, que conduz à inclusão a qualquer custo, sem alterações estruturais e pedagógicas que avancem para uma proposta efetivamente inclusiva. (KAILER, 2014, p.6).

O processo de inclusão deve ser conduzido normalmente, não somente porque a legislação obriga, mas porque tanto coordenação como professores entendem a necessidade desta mudança, e, através desta percepção que se promove a inclusão e a participação democrática no processo.

Segundo Orsolon:

O coordenador, como um dos articuladores desse trabalho coletivo, precisa ser capaz de ler, observar e congregar as necessidades dos que atuam na escola; e, introduzir inovações, para que todos se comprometam com o proposto. À medida que essas novas ideias, além de conter algo novo, forem construídas, discutidas e implementadas pelos professores e coordenadores envolvidos, tornar-se-ão possíveis a adesão e o compromisso do grupo e, dessa forma, se reduzirão as prováveis resistências. (ORSOLON, 2006, p.22).

O coordenador é então um mediador, o qual cria condições para que o professor programe a sua prática, questione, torne-a melhor, transforme as práticas pedagógicas de forma a melhorar o processo de inclusão para os alunos, tornando-o realidade.

Em um trabalho de pesquisa aplicado com pedagogas, Kailer expos a visão das próprias coordenadoras, que opinaram que cabe ao pedagogo:

Acompanhar e orientar as práticas pedagógicas adotadas pelo professor com objetivo de integrar socialmente e promover aprendizagem para a criança. Ao pedagogo cabe subsidiar o professor com informações, textos, pesquisas atualizadas sobre o processo de inclusão e sobre as síndromes, transtornos com os quais deverão trabalhar. (KAILER, 2014, p.12).

O mesmo autor relatou ainda, outra visão de uma pedagoga:

Tem que ouvir as aflições dos professores e ajudá-los em suas dúvidas. Buscar materiais pedagógicos que auxiliem os professores durante as atividades e materiais de acessibilidade aos alunos. (KAILER, 2014, p.12).

Não restam dúvidas quanto à importância do trabalho realizado pelos pedagogos no processo de inclusão, pois estes contribuem para a formação de uma escola democrática, auxiliando toda a escola, trabalhando lado a lado com os professores, compreendendo as necessidades dos alunos, colocando em prática o que lhes é atribuído.

3 RESULTADOS

3.1 RELATÓRIO DO QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA CLASSE COMUM

Em pesquisa realizada com professores de uma escola de ensino fundamental séries finais, no Município de Dois Vizinhos, sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, foram distribuídos vinte e cinco questionários, obtendo retorno de somente dezoito. Todos os professores possuem Graduação e Pós-Graduação em suas respectivas disciplinas. A maioria dos professores apresentam bastante tempo de trabalho e fazem parte do Quadro Próprio do Magistério do Estado do Paraná. Com as respostas foram coletadas as seguintes informações sobre o processo.

Sobre a existência de alunos com deficiência, principalmente com deficiência intelectual e o número destes nas turmas em que trabalham, quase a

totalidade dos educadores responderam que sim, há alunos com algum tipo de deficiência em suas turmas, e que geralmente são um, dois ou três alunos inclusos por turma, também relataram que não ocorre adaptação quanto ao número de alunos por sala, permanecendo em 30 educandos em média. Conforme estabelece a Deliberação 02/03 do Conselho Estadual de Educação do Paraná, Capítulo III, Art. 11, as escolas de ensino regular deverão prever e prover ações para assegurar o atendimento, dentre elas a redução de número de alunos por turma quando estiverem incluídos alunos com necessidades educacionais especiais significativas.

Ainda sobre a mesma questão, apenas dois professores descreveram que desconhecem a presença de alunos com tais características em suas turmas. Vale aqui destacar que a referida escola conta com alunos com deficiência em quase todas as turmas, são diagnosticados com deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos.

Foram indagados sobre a informação da necessidade de trabalho adaptado com os alunos inclusos, todos os professores que descreveram consciência sobre a presença dos alunos, destacaram que sabem da necessidade de adaptações curriculares, também que foram informados pela Equipe Pedagógica da Escola, outros conheciam os alunos dos anos anteriores.

Quanto à formação pedagógica para o trabalho com alunos com deficiência, principalmente intelectual, os profissionais que relataram terem participado de tais capacitações, não se sentem preparados para este trabalho. Outros descreveram nunca ter participado de algum curso ou formação que abordasse o tema da inclusão.

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos.

Não se admite, portanto, continuar-se a ouvir declarações em que a escola inclusiva seja caracterizada apenas como aquela que possuem matriculados em suas turmas alunos com deficiências, ainda que continue a apresentar altos índices de evasão e repetência, grande número de analfabetos funcionais, ou alunos marginalizados por sua condição de pobreza extrema ou pela cor de sua pele, entre outras situações de exclusão e fracasso. As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando um sistema educacional. Que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos (BRASIL, 1996).

Em relação ao trabalho em sala de aula, se há dificuldades e quais, os educadores na totalidade fizeram muitas reclamações, entre elas a falta de tempo para ajudar nas atividades de maneira individualizada, o número excessivo de alunos por turma, alunos agitados e com poucos limites, dificuldade em realizar as adaptações das atividades e ainda que não conseguem entender alguns comportamentos dos alunos com deficiência, principalmente intelectual.

Quanto ao funcionamento de serviço especializado, a escola conta com atendimento educacional especializado através da Sala de Recursos Multifuncional para Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Transtornos Funcionais Específicos, onde os alunos são atendidos em turno contrário, e todos os professores que responderam ao questionário, relataram saber da existência do mesmo.

Sobre a melhoria do trabalho pedagógico, responderam que é necessário maior conhecimento científico, estudo na área, conhecer melhor o aluno em questão para poder estimular o desenvolvimento, ainda de que é preciso ocorrer uma ligação maior entre sala de recursos multifuncional e sala de aula. Nesta questão foi possível perceber a constante confusão que acontece por parte dos professores em relação a Sala de Apoio a Aprendizagem e Sala de Recursos Multifuncional, pois relataram que Sala de Apoio é para atendimento aos alunos com deficiências, enquanto este tipo de atividade ou programa, trabalha com as dificuldades na aprendizagem da língua portuguesa e matemática, isto é, ainda não há conhecimento sobre a diferença entre os dois serviços da escola.

Outro ponto destacado por alguns professores quanto ao trabalho pedagógico, é a sugestão de que seria interessante a presença de projetos diferenciados para o trabalho com os alunos inclusos, justificando que são deixados de lado em sala de aula e que infelizmente não sabem trabalhar com este tipo de aluno. Todavia com a colocação é possível perceber o quanto ainda está presente na escola a ideia de que é preciso excluir para ensinar e também de que a responsabilidade é do outro, mesmo sabendo da necessidade de realizar as adaptações curriculares para facilitar a aprendizagem, sugere-se que se organize outros trabalhos, para que terceiros realizem o trabalho de sua responsabilidade.

Podemos definir as adaptações curriculares como modificações que são necessárias realizar em diversos elementos do currículo básico para adequar as diferentes situações, grupos e pessoas para as quais se aplica. As adaptações curriculares são intrínsecas ao novo conceito de currículo. De fato, um currículo inclusivo deve contar com adaptações para atender à diversidade das salas de aula, dos alunos. (LANDIVAR, 1999, p.53).

O último tema da pesquisa foi quanto ao trabalho do coordenador pedagógico e como este poderia auxiliar no processo de inclusão. Enfatizaram que é um trabalho que necessita ser realizado em conjunto, que o coordenador deve auxiliar no sentido de fazer a ligação com a família. Na escola é preciso ajudar o professor quanto ao direcionamento do trabalho pedagógico, também no aprimoramento do conhecimento científico em relação às práticas inclusivas. Outro ponto descrito é a carência de um pedagogo responsável pelos alunos com deficiências que estão neste processo de inclusão, também o despreparo e falta de conhecimento de alguns pedagogos em relação à questão.

A aplicação de tal questionário foi indispensável para o conhecimento quanto ao processo de inclusão de alunos com deficiências na escola de ensino regular, também para percepção da importância do trabalho do coordenador pedagógico frente a questão. Nota-se que a maioria dos professores é conhecedor da presença destes alunos, também da necessidade de buscar formação pedagógica para o trabalho e principalmente da responsabilidade em adaptar seu trabalho para que ocorra a aprendizagem significativa. No entanto ainda há muitas dificuldades na aceitação da diferença e conseqüentemente na crença de que é possível trabalhar com as potencialidades que cada indivíduo apresenta.

As diferenças apresentadas pelos alunos precisam ser levadas em conta no momento de planejar e agir. Da mesma forma que cabe ao professor disponibilizar diversas atividades, cabe ao pedagogo orientá-lo sobre as práticas inclusivas, e considerando-se sua função articuladora, esse processo terá melhores resultados se for colaborativo. (MANTOAN, 1997).

É possível perceber que mesmo havendo conhecimento e a necessidade de mudanças, as barreiras ultrapassam as arquitetônicas, vão muito além de rampas ou portas adaptadas, há grande resistência com relação a inclusão de alunos com necessidades especiais, tanto por parte dos sistemas de ensino como por parte das

políticas públicas, que não garantem recursos necessários para o acesso, permanência e a efetivação de uma inclusão responsável. Ainda que há coordenadores pedagógicos que não apresentam conhecimento suficiente para o trabalho de orientação do todo escolar em relação a inclusão de alunos com deficiências.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do trabalho desenvolvido foi possível perceber que a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em classes comuns, em linhas gerais, ainda necessita de muito trabalho para se chegar ao que se espera, também que a escola em questão apresenta alunos inclusos em quase todas as salas de aula. A sociedade superou em partes a historicidade sofrida e massacradora da pessoa com deficiência, mas a educação ainda não superou as barreiras existentes para o processo completo de inclusão.

Todavia, há um esforço contínuo do todo escolar, por mais que a escola e o coordenador escolar forneçam toda a informação e amparo aos professores, infelizmente não é suficiente, tendo em vista que o número de alunos por turma é muito grande, falta conhecimento e formação no tocante a inclusão, ou seja, a maioria dos professores não se sentem preparados adequadamente para esta tarefa.

Com relação ao trabalho do pedagogo, é importante considerar a necessidade de um coordenador pedagógico preparado e que possa dedicar-se em acompanhar exclusivamente os casos de alunos com deficiência, que tenha uma formação nesta área. Do mesmo modo, é preciso que este profissional esteja disposto a enfrentar barreiras diárias e principalmente que considere o educando, observando na hora de planejar e agir, não somente as suas limitações, mas as suas capacidades.

Conclui-se então que por mais que a legislação ampare a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em classes comuns, esta não está

acontecendo com o delineamento que lhe foi desejada. A realidade é totalmente diferente da teoria, depara-se com classes numerosas, professores e coordenadores pedagógicos por vezes despreparados. É indispensável um maior interesse por parte de todos da escola, dentre eles o coordenador pedagógico. Considera-se também que é imprescindível o progresso da formação acadêmica dos profissionais, bem como políticas públicas que ofereçam suporte para um trabalho digno de escolarização para aqueles que sempre estiveram à margem da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Deliberação nº 02**. De 02 de junho de 2003. Conselho Estadual de Educação do Paraná. Normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais, no Sistema de Ensino do Estado do Paraná. Disponível em <<http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/93946370948cd82903256d5700606b9e?OpenDocument>>. Acesso em Ago. de 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CANZIANI, M. L. **Crianças Deficientes, Psicodiagnóstico**. Educação. Porto Alegre - RS - 1995.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GLAT, R. NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Integração**, MEC/SEESP. v. 14, n. 24. 2002.

GRANEMANN, Jucélia Linhares. **Educação inclusiva: análise de trajetórias e práticas pedagógicas**. Universidade Católica Dom Bosco Campo Grande – MS, 2005

KAILER, P.G. da L.; PAPI, S. de O. G. **O papel do pedagogo em relação à inclusão escolar**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

LANDÍVAR, J. **Adaptaciones curriculares**. Guia para los profesores tutores de educación primaria y de educación especial. Espanha – Madrid: Ciencias de la educación pré-escolar y especial, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência:** contribuição para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

MENDES, E. G. **Deficiência Mental:** A construção científica de um conceito e a realidade. Tese de Doutorado - USP: São Paulo, 1995.

ORSOLOM, L. A. M. O Coordenador /Formador como um dos agentes de transformação da na escola. In: BRUNO, E. B. G. **O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade.** São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos.** Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2006.

ROMANOWSKI, J. P. **Formação e Profissionalização Docente.** Curitiba: IBPEX, 2007.